



FILANTROPIA E DEMOCRACIA



Reflexão - Ação

GIFE



GIVE



FILANTROPIA E DEMOCRACIA



Reflexão - Ação

GIFE



FILANTROPIA E DEMOCRACIA

Reflexão - Ação

FICHA TÉCNICA

Realização

GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Secretário-Geral

Cassio França

Supervisão

Gustavo Bernardino

Coordenação Geral

Pedro Paulo Bocca

Coordenação Técnica

Gabriela Moreira

Redação

Luís Henrique de Campos - Três Consultoria Social

Edição e Revisão

Natália Passafaro

Diagramação e Design

José Francisco Scaglione Quarentei
Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital

Apoiadores Institucionais

Ford Foundation, Fundação Bradesco, Fundação José Luiz Egydio Setúbal - FJLES, Fundação Itaú, Instituto Galo da Manhã, Ibirapitanga, Imaginable Futures, Instituto Beja, Instituto Itaúsa e Porticus

Apoiadores Institucionais GIFE

Ford
Foundation



Fundação
José Luiz
Setúbal



IBIRAPITANGA



imaginable
futures

Instituto Beja®

INSTITUTO
ITAÚSA

PORTICUS

APRESENTAÇÃO

< Esta reflexão é uma produção do GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - dedicada aos desafios contemporâneos da democracia brasileira e ao papel que a filantropia e o investimento social privado podem desempenhar.

A publicação parte, assim, de uma questão central: como a filantropia pode contribuir para fortalecer as bases democráticas da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, preservar as condições de autonomia e efetividade de sua própria atuação?

Para desenvolver essa reflexão, o documento reúne elementos do debate realizado pelo GIFE com seus associados em 2026, dialoga com a pesquisa realizada pelo Instituto Galo da Manhã e incorpora contribuições decorrentes da participação do GIFE em participação do GIFE em ações internacionais de promoção de uma agenda pró-democracia.

A articulação dessas diferentes perspectivas permite observar desafios que atravessam instituições, organizações e espaços de participação e situar o papel da filantropia diante das transformações em curso.



POR QUE FALAR DE DEMOCRACIA COM O ISP E A FILANTROPIA?

◀ A democracia vive hoje um dos momentos mais desafiadores das últimas décadas, visto que, após um longo período de expansão democrática, o cenário global passou por uma inflexão: segundo o *V-Dem Democracy Report 2026*, pela primeira vez em mais de vinte anos há mais governos autocráticos do que democráticos no mundo.

Atualmente, cerca de 74% da população mundial vivem sob regimes autocráticos, resultado de um processo gradual de enfraquecimento das instituições, de crescente instabilidade política e de redução de direitos.

Uma democracia pode sobreviver a crises políticas agudas, mas dificilmente prospera quando a confiança social é erodida.

Nesse contexto, o Brasil aparece como exemplo ilustrativo importante. Apesar das tensões político-ideológicas que de certa forma cobriram (e ainda revestem) o próprio convívio social do país, ele conseguiu conter um processo de autocratização e preservar o

funcionamento de suas instituições democráticas. Isso não quer dizer, todavia, que a democracia brasileira esteja livre de riscos. Um dos indicadores mais preocupantes está relacionado à confiança entre as pessoas: segundo dados do *Integrated Values Surveys* disponíveis na plataforma colaborativa *Our World in Data*, organizada por pesquisadores da Universidade de Oxford, apenas 7% dos

brasileiros diziam confiar nos outros em 2024.¹ **Uma democracia pode sobreviver a crises políticas agudas, mas dificilmente prospera quando a confiança social é erodida.**

Se assim o é entre as pessoas, essa percepção naturalmente também se reflete na relação entre sociedade e Estado. Dados da pesquisa “Global Advisor Populism in 2024”, conduzida pela Ipsos, apontam que 74% dos brasileiros acreditam que a economia do país funciona para beneficiar ricos e poderosos – 8 pontos percentuais acima do índice global². Mais do que uma crítica aos governos de ocasião, esse dado revela um **sentimento persistente de distanciamento das instituições e de baixa capacidade do sistema político em responder às demandas da população.**

As emoções negativas e as crises de legitimidade, ademais, encontram nas redes sociais um canal veloz de propagação, alimentando discursos antidemocráticos.

O sociólogo espanhol Manuel Castells alerta que **a democracia liberal passa por uma grave crise de legitimidade e cisão entre governantes e governados em escala global.** Segundo ele, há uma ruptura de confiança, em que se verifica um fosso profundo entre os cidadãos e as instituições políticas tradicionais, gerando descontentamento generalizado.

De acordo com Castells, fenômenos globais como a saída britânica da União Europeia e a ascensão da extrema direita antidemocrática no mundo podem ser entendidos a partir dessa crise de representatividade.

Ele aponta que, ainda que a democracia não garanta a liberdade, a liberdade é garantidora da democracia. Sendo assim, há um grande risco na ascensão de líderes autoritários por vias eleitorais.

As emoções negativas e as crises de legitimidade, ademais, encontram nas redes sociais um canal veloz de propagação, alimentando discursos antidemocráticos. Isso denota a necessidade de regulação, em sua visão. Castells aponta que é preciso regular as plataformas digitais para conter o efeito de amplificação de abusos, embora seja um desafio complexo devido à natureza global da internet.

1 Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/self-reported-trust-attitudes?tab=table&time=1993..latest>

2 Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/populismo-politica-economia-pesquisa-2024>

Tendo em vista o atual cenário de obstáculos à democracia como regime consagrado pela sociedade, verificado em dados, pesquisas e corroborado por estudos acadêmicos, voltam-se as atenções para possíveis antídotos contra tais ameaças. Para pensadores nacionais e internacionais, essa resistência encontra-se no fortalecimento da sociedade civil.

Larry Diamond, renomado cientista político e sociólogo americano da Universidade de Stanford, cujos estudos focam na evolução, crise e consolidação da democracia global, popularizou o alerta sobre a “recessão democrática”, um período em que governos autoritários e o populismo ganham força.

Para defender a democracia diante da atual recessão democrática global, Larry Diamond propõe um conjunto de reformas estruturais, institucionais e comportamentais. Ele argumenta que **a sobrevivência da democracia depende de sua capacidade de autorrenovação e de entregar resultados concretos para a vida dos cidadãos.**

A sobrevivência da democracia depende de sua capacidade de autorrenovação e de entregar resultados concretos para a vida dos cidadãos.

Entre as principais medidas práticas defendidas pelo autor em seus livros e artigos recentes, estão reformas institucionais e eleitorais, como o voto por ordem de preferência (*Ranked-Choice Voting*) - que permite ao eleitor indicar escolhas por ordem de afinidade, ajudando a evitar o triunfo de candidaturas com muita rejeição; a eliminação do “*Gerrymandering*” (criação de comissões independentes e apartidárias para desenhar os distritos eleitorais, evitando que o partido no poder manipule as fronteiras para se perpetuar no cargo); e o financiamento político transparente.

Além disso, emerge a necessidade de **fortalecer a integridade da informação com grande participação da sociedade civil**, com a regulação de algoritmos e o fortalecimento de agências de verificação de fatos independentes.

Há outro eixo importante relacionado ao fortalecimento democrático que é o engajamento cívico e a educação política, que podem ser vivenciados a partir de assembleias de cidadãos (fóruns locais deliberativos) e a alfabetização digital e cívica, com a necessidade de reformular os currículos escolares para ensinar jovens a identificar desinformação *online* e compreender o valor histórico, prático e ético das instituições democráticas.

Nacionalmente esse pensamento também ecoa na Academia. Leonardo Avritzer, cientista político, escritor, pesquisador e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em entrevista para a Fundação Tide Setúbal, destacou que é importante perceber que a sociedade civil é uma forma, uma institucionalidade fundamental. Segundo ele, “toda democracia forte tem tradição forte de organização da sociedade civil.”

Ele afirma que é importante perceber que diferentes organizações têm papel educativo na socialização e na produção da cultura, que muitas vezes o Estado por si só não é capaz de ter. Esse papel consiste em “atuar em diferentes áreas junto ao Estado, ou separado, ou com outras organizações. Isso porque a política não é estanque: **sociedade civil e Estado se conectam em alguma medida e essa conexão cria porosidades nas duas direções. É importante que o Estado democrático influencie a sociedade civil. Mas é importante também que a sociedade civil influencie o Estado democrático.**”

É importante que o Estado democrático influencie a sociedade civil. Mas é importante também que a sociedade civil influencie o Estado democrático.

É possível pensar que **a sociedade civil pode pressionar por políticas de regulação da atuação das big techs, pensando em evitar que a desinformação e conteúdos extremistas e de ódio sejam normalizados e disseminados.**



Considerando os desafios contemporâneos globais para manutenção das conquistas democráticas e para ampliar a participação da sociedade civil, não se pode prescindir de um conjunto robusto de ações articuladas que partam não apenas das instituições ligadas à estrutura pública, mas também que a sociedade se torne aliada nesse movimento.

Ciente dessa responsabilidade, o GIFE convida o ecossistema do investimento social privado e da filantropia a engajar-se no desafio, a partir de uma atuação mais organizada; a reconhecer o que já é realizado no campo filantrópico em prol da democracia e a fortalecer-se como rede que age intencionalmente em favor dos direitos civis, políticos e humanos de nossa sociedade.

Dados censo GIFE

Segundo dados do Censo GIFE 2024-2025, **apenas 7% dos associados tinham como área prioritária de atuação social “Defesa de Direitos, Cultura de Paz e DEMOCRACIA”**.

Essas temáticas somaram R\$ 169 milhões de investimento no ano de 2024, ainda pelos dados do mesmo levantamento, o que representou uma **queda de 38% em relação ao censo anterior (2022-2023)**, e correspondia a **menos de 3% do total investido** pelos respondentes.

Isso denota um potencial significativo de ampliação do investimento nessa agenda, tanto em termos de intencionalidade e prioridade de pauta, quanto em aporte de recursos financeiros.



PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO ISP E DA FILANTROPIA COM A AGENDA DEMOCRÁTICA

As transformações tecnológicas mudaram o ambiente em que a democracia se desenvolve. Redes sociais, algoritmos e ferramentas de inteligência artificial alteraram a forma como as pessoas acessam informações, constroem opiniões e participam das conversas públicas. **A circulação de conteúdos tornou-se mais rápida, as experiências informacionais converteram-se em algo ultrapersonalizado e os diferentes grupos sociais passaram a conviver com referências cada vez mais distintas sobre os mesmos acontecimentos. Logo, discutir democracia também significa olhar para a qualidade do debate público, das relações sociais e das condições que tornam o diálogo possível a partir de bases comuns.**

Nesse contexto, é necessário combinar os elementos institucionais e estruturais para o funcionamento do regime democrático (*hard democracy*) e as questões da

Discutir democracia também significa olhar para a qualidade do debate público, das relações sociais e das condições que tornam o diálogo possível a partir de bases comuns.

agenda de atuação em favor da democracia permeando a sociedade civil e os desafios contemporâneos que se apresentam (*soft democracy*).

Hard democracy: os elementos estruturais da democracia e a intersecção com a sociedade civil

O campo filantrópico deve partir de um entendimento compartilhado: **instituições e eleições** continuam sendo pilares da democracia, mas elas **não explicam, sozinhas, por que uma democracia se fortalece ou se fragiliza**. Há um conjunto de condições construídas no cotidiano que sustenta esse funcionamento e que frequentemente são relativizadas.

É na qualidade das relações sociais, na circulação de informações confiáveis, na força das organizações da sociedade civil e na disposição das pessoas para participar da vida pública que a democracia ganha ou perde sustentação.

Entre uma eleição e outra, **é na qualidade das relações sociais, na circulação de informações confiáveis, na força das organizações da sociedade civil e na disposição das pessoas para participar da vida pública que a democracia ganha ou perde sustentação.**

As instituições democráticas não existem isoladamente. Elas dependem de cidadãos capazes de participar do debate público, de organizações que representem interesses plurais e diversos, de ambientes em que a informação circule com qualidade e de relações de confiança que permitam construir soluções coletivas. Quando essas capacidades ficam debilitadas, as próprias instituições passam a operar sob maior pressão. O desafio se amplia e torna-se necessário proteger a democracia para além dos seus momentos de crise e passa a incluir o fortalecimento permanente das condições que a mantêm viva.

Ao atuar em causas como educação, saúde, cultura, território, direitos humanos e fortalecimento institucional, o terceiro setor pode contribuir para que essas condições sejam preservadas. As instituições, ao passo que influenciam o cotidiano, também são ocupadas pelos grupos sociais e esse vigor se manifesta nos territórios.

A democracia para além do voto, como prática contínua

O voto continua sendo um dos momentos mais visíveis e simbólicos da democracia, mas representa apenas uma pequena parte de um processo muito mais abrangente. Entre uma eleição e outra, relações de confiança são construídas ou desfeitas, organizações se fortalecem ou se enfraquecem, pessoas participam ou deixam de participar da vida pública. É nesse intervalo que a democracia ganha consistência no cotidiano ou começa a perder suas bases. Ela se constrói nas experiências que formam cidadãos, estimulam a participação e criam as condições para a vida coletiva.

É importante entender como as pessoas compreendem os problemas públicos, como constroem suas opiniões, de que forma participam das decisões coletivas e quais oportunidades encontram para exercer a cidadania ao longo da vida. Essa mudança também amplia o significado da própria educação política.

Durante muito tempo, esse tema foi associado quase exclusivamente ao funcionamento das instituições, aos processos eleitorais ou ao conhecimento sobre os poderes da República.

Investir em educação para a democracia não significa apenas criar conteúdos escolares. Significa ampliar os espaços em que a cidadania pode ser vivenciada na prática. Isso inclui experiências de participação, iniciativas comunitárias, processos formativos, projetos culturais e oportunidades para que diferentes grupos possam deliberar sobre questões que afetam seu cotidiano. Em outras palavras, **a democracia não se aprende apenas estudando suas regras. Aprende-se exercitando a convivência, o diálogo, a negociação e a construção de acordos.**

**A democracia não
se aprende apenas
estudando suas regras.
Aprende-se exercitando
a convivência, o diálogo,
a negociação e a
construção de acordos.**

Educação política traduz-se como a capacidade de desenvolver pensamento crítico, compreender como decisões públicas afetam a vida cotidiana, dialogar com diferentes perspectivas e participar da construção de soluções coletivas. Emerge, assim, o papel da cultura.



Ao ampliar repertórios, promover encontros entre diferentes grupos e estimular novas formas de interpretar a realidade, projetos culturais também fortalecem competências fundamentais para a vida democrática.

A mensagem é simples e importante: muitas agendas contribuem para a democracia mesmo quando esse não é seu objetivo declarado. Nesse contexto, é preciso reconhecer que muitas organizações já trabalham para fortalecer a democracia, mas sem necessariamente descrever sua atuação como contribuindo nessa direção.

Não se trata de transformar toda iniciativa social em uma agenda de defesa direta da democracia. A questão passa por reconhecer que políticas voltadas à educação, cultura, desenvolvimento territorial ou redução das desigualdades também produzem efeitos democráticos porque ampliam a capacidade das pessoas de compreender, participar e influenciar as decisões públicas e, da mesma forma, tais políticas só vicejam em contextos democráticos.

Quando iniciativas voltadas à educação, cultura, clima, desenvolvimento territorial ou redução das desigualdades ampliam participação, fortalecem vínculos comunitários e/ou aumentam a capacidade de incidência da sociedade civil, elas também ajudam a sustentar a vida democrática.

Outro aspecto a ser trabalhado é a perenidade da construção democrática nos ambientes onde se atua. As capacidades democráticas devem ser construídas continuamente, e o apoio da filantropia deve fortalecer organizações e iniciativas de *advocacy* ao longo do tempo, criando condições para uma atuação articulada e sustentável.

Organizações com perfis e agendas muito diferentes da incidência política direta conseguem atuar em conjunto a partir de suas próprias competências, quer seja pela presença nos territórios, pela capacidade de mobilização, pela produção de conhecimento ou pela articulação política.

Nesse sentido, a experiência mostra que o fortalecimento da democracia depende menos da criação permanente de novas estruturas e pode relacionar-se muito mais com a simples capacidade de conectar conhecimentos, recursos e redes já existentes.

A contribuição da filantropia aparece, nesse sentido, tanto no financiamento de iniciativas quanto na articulação de organizações, no estímulo para a cooperação entre agendas, no fortalecimento de capacidades institucionais e na ampliação de oportunidades para que iniciativas locais possam crescer e se conectar. Fortalecer a democracia no dia a dia exige um tipo de investimento que raramente produz resultados imediatos e é esse **investimento permanente que sedimenta bases mais sólidas para enfrentar períodos de instabilidade quando eles surgem.**

Instituições democráticas precisam produzir confiança: transparência e comunicação como aliadas desse processo

Diferentes experiências mostram que a legitimidade institucional não depende apenas do funcionamento das regras, mas da relação que as instituições conseguem estabelecer com a sociedade. **Transparência, acesso à informação, comunicação pública e prestação de contas aparecem como diferentes formas de fortalecer esse vínculo e ampliar as possibilidades de participação e controle social.**

Confiança é condição para proteger instituições democráticas; portanto, **fortalecer os vínculos faz as pessoas acreditarem que as instituições merecem ser defendidas.**

Uma instituição pode funcionar exatamente como prevê a legislação e, ainda assim, ser percebida como distante, opaca ou incapaz de responder às demandas da sociedade. O contrário também é verdadeiro. A legitimidade é fortalecida quando

cidadãos conseguem acompanhar decisões públicas, compreender por que elas foram tomadas e encontrar caminhos para questioná-las quando necessário. **A confiança brota nesse processo de interação contínua** e não aparece automaticamente porque uma instituição existe.

Abrir dados, garantir acesso à informação e ampliar a publicidade dos atos públicos robustecem o ambiente democrático.

A necessidade de produzi-la no contexto democrático relaciona-se diretamente à transparência. Esta ganha protagonismo nas discussões sobre democra-

cia. **Abrir dados, garantir acesso à informação e ampliar a publicidade dos atos públicos robustecem o ambiente democrático.**

Organizações que trabalham com educação, saúde, direitos humanos, gênero, equidade racial, meio ambiente ou desenvolvimento territorial recorrem diariamente a bases públicas para compreender problemas, acompanhar políticas e produzir evidências. Quando esses dados deixam de existir, tornam-se incompletos ou mais difíceis de acessar, não é apenas a agenda da transparência que perde força. As possibilidades de incidência de diferentes causas também diminuem. A agenda da transparência não compete com outras agendas; ela é uma ferramenta para as diversas causas.

Tornar públicos grandes volumes de dados não garante, por si só, maior participação social. Alguém precisa interpretar essas informações, conectá-las aos problemas concretos da população e criar formas de fazê-las circular. Caso contrário, elas permanecem restritas aos mesmos grupos que já dominam esse tipo de conhecimento.

É nesse percurso que transparência e comunicação se encontram. Uma amplia o acesso às informações; a outra cria as condições para que elas façam sentido e possam orientar o debate público.

A queda da confiança nas notícias, a fragmentação das fontes de informação e as mudanças na maneira como diferentes gerações consomem conteúdo são desa-

fios que afetam diretamente a relação entre sociedade e instituições. **Quando grupos distintos deixam de compartilhar referências mínimas sobre os fatos, construir consensos se torna mais difícil. Também se torna mais difícil acompanhar políticas públicas, cobrar responsabilidades e participar de debates que exigem uma base comum de informações.**

Transparência, produção de conhecimento e comunicação integram-se como agendas. Dados públicos ajudam a compreender a realidade; pesquisas oferecem elementos para interpretá-la; a comunicação permite que esse conhecimento circule e alcance novos públicos. **É dessa combinação que surgem melhores condições para acompanhar decisões públicas, participar do debate e cobrar respostas das instituições.** É nesse movimento contínuo de aproximação entre Estado e sociedade que a confiança encontra espaço para se fortalecer, e com ela, a democracia.

Quando grupos distintos deixam de compartilhar referências mínimas sobre os fatos, construir consensos se torna mais difícil. Também se torna mais difícil acompanhar políticas públicas, cobrar responsabilidades e participar de debates que exigem uma base comum de informações.

O ambiente informacional tornou-se uma arena democrática

O ambiente em que as pessoas se informam mudou profundamente, e a democracia precisa aprender a lidar com essa transformação. A preocupação não surge apenas por causa da desinformação. Ela aparece quando se observa a queda da confiança nas notícias e a mudança nos hábitos de consumo de informação. É preciso reconhecer que o **debate público já não acontece da mesma forma, nem circula pelos mesmos caminhos de alguns anos atrás e dialogar com os novos desafios.**

Durante muito tempo, o debate público foi mediado por um número relativamente pequeno de veículos de comunicação. Com a expansão das plataformas digitais, esse cenário se transformou. Apesar de grande concentração de poder em grupos que detêm essas plataformas, houve uma pulverização de veiculação com novas vozes ganhando espaço, públicos que antes se sentiam pouco representados passando a produzir e compartilhar seus próprios conteúdos, e outras formas de participar da conversa pública sendo alicerçadas.

Quando os caminhos pelos quais a informação circula mudam, muda também a forma como o debate público é construído. Atualmente, **diferentes grupos convivem com referências, fontes de informação e narrativas bastante distintas sobre os mesmos acontecimentos. Isso amplia a diversidade de perspectivas, mas também dificulta a construção de referências comuns para discutir problemas coletivos, formular prioridades e produzir consensos mínimos em torno da vida democrática.**



A regulação das plataformas aparece como um tema incontornável. Informações falsas não circulam sozinhas; elas se espalham por relações de confiança construídas no cotidiano, em igrejas, escolas, grupos familiares, comunidades, redes de vizinhança e até em espaços aparentemente distantes do debate político, como um jogo de futebol. Portanto, **é preciso compreender como essas desinformações circulam nos territórios e, ao mesmo tempo, fortalecer a capacidade de promover a checagem dessas divulgações nesses mesmos espaços.**

Além das plataformas digitais, a desinformação também é reforçada por instituições e relações presentes na vida cotidiana. Por isso, respostas baseadas apenas em tecnologia ou moderação de conteúdo tendem a ser insuficientes. **Fortalecer vínculos comunitários, ampliar o letramento digital e apoiar organizações enrai-**

zadas nos territórios são estratégias necessárias para criar ambientes mais resistentes à circulação de narrativas antidemocráticas.

Ao mesmo tempo, é necessário entender que há poucos atores privados com capacidade de influenciarem a visibilidade de informações, o funcionamento do debate público e até os valores que passam a orientar a vida em sociedade, dada a concentração de alcance em poucos conglomerados de comunicação e plataformas sociais.

Em outras palavras, os desafios democráticos já não se limitam às instituições políticas tradicionais, mas envolvem novas formas de concentração de poder econômico e tecnológico.

Os desafios democráticos já não se limitam às instituições políticas tradicionais, mas envolvem novas formas de concentração de poder econômico e tecnológico.

Nesse diapasão, a qualidade do debate democrático continua sendo uma responsabilidade coletiva. Depende da capacidade de organizações, educadores, comunicadores, pesquisadores, lideranças locais e cidadãos criarem ambientes onde seja possível discutir, discordar e construir referências comuns sobre a realidade.

Soft democracy: o encontro dos associados e a pesquisa realizada apontam caminhos para agendas de atuação integrada

O GIFE, em parceria com o Instituto Galo da Manhã, reuniu lideranças do investimento social privado para discutir como a filantropia percebe o momento atual da democracia e quais caminhos podem fortalecer sua atuação nesse campo.

O encontro, realizado em junho de 2026, teve como ponto de partida uma pesquisa realizada especialmente para subsidiar esse debate – PESQUISA FILANTROPIA E DEMOCRACIA - que reuniu evidências sobre a atuação da filantropia em agendas relacionadas à democracia, identificou tendências, desafios e oportunidades para o setor e serviu como base para as discussões ao longo do evento.

A proposta foi combinar esses achados com as experiências e perspectivas das lideranças presentes, construindo uma reflexão coletiva voltada a pensar o fortalecimento da democracia brasileira.

De maneira geral, os resultados da pesquisa que subsidiou o debate mostram uma percepção relativamente convergente. Para as lideranças ouvidas, a democracia brasileira continua funcionando, mas atravessa um período de fragilidade. **As instituições seguem operando, porém sob pressão e um grande nível de questionamentos; a opinião pública demonstra sinais de desgaste e desconfiança; e ameaças autoritárias continuam presentes,** tendo como foco não somente a

apropriação de instituições, mas ora também entremeando-se à atuação do crime organizado, ora à radicalização de narrativas, valendo-se inclusive da disseminação de desinformação no ambiente digital.

A democracia brasileira apresenta maior solidez em suas regras formais do que nas condições que sustentam sua vivência cotidiana.

Os resultados da pesquisa realizada com associados do GIFE reforçam essa percepção. O *processo eleitoral* recebeu a melhor avaliação entre os quatro componentes analisados [4, em uma escala de 1 a 5], enquanto *cultura política* [2,3], *funcionamento do governo* [2,6] e *participação política* [2,9] obtiveram as menores pontuações. Na percepção dos respon-

dentes, **a democracia brasileira apresenta maior solidez em suas regras formais do que nas condições que sustentam sua vivência cotidiana.**

Ainda segundo a pesquisa, muitas organizações do campo filantrópico se consideram razoavelmente preparadas para enfrentar ameaças à democracia em suas áreas de atuação, mas a visualização dessa confiança não se estende ao setor como um todo. **Poucas avaliam que a filantropia brasileira esteja preparada para responder de forma coordenada aos desafios atuais.** Entre as principais preocupações aparecem a desinformação, a polarização política e os impactos das novas tecnologias sobre o debate público. Esses resultados reforçam a importância de que sejam fortalecidas a coordenação entre organizações, a edificação de relações de confiança “*multistakeholder*” e que seja ampliada uma certa vigilância coletiva para atuação em defesa da democracia.

No encontro do dia 25 de junho, a partir desse diagnóstico oriundo da pesquisa, o debate passou a explorar os diferentes elementos que sustentam a vida democrática e a forma como eles se relacionam entre si. Quanto a isto, um dos resultados do evento foi sedimentar a perspectiva de que a democracia pode ser analisada a partir de diferentes dimensões, sem que nenhuma delas seja autossuficiente por si só. As conversas aproximaram temas que costumam aparecer separados, como

educação, confiança, informação e sociedade civil, revelando como cada um deles ajuda a criar as condições para que a democracia funcione de forma consistente.

Ao promover os direitos essenciais e o exercício cidadão, as organizações da sociedade civil qualificam a participação social, a inserção dos indivíduos e coletivos no espectro das instituições democráticas. Para que esse movimento seja mais consistente, é importante que as diversas temáticas e metodologias trabalhadas sejam vistas como complementares – e não insuladas, de modo a se potencializarem mutuamente.

Entender esses limites como “borrados” (pois afinal, de alguma forma também são interconectados) também pode ampliar a maneira como se pensa o papel da filantropia nessa seara.

Apoiar organizações da sociedade civil, investir em educação para a cidadania, promover a inclusão produtiva, fortalecer a saúde mental, qualificar o ambiente informacional ou atuar para maior transparência institucional não são frentes concorrentes nem apartadas. Cada uma atua sobre uma dimensão específica da democracia, mas seus efeitos ultrapassam esse campo e repercutem sobre as demais. É justamente nessa capacidade de gerar efeitos cruzados e ampliados que se abriga a maior fortaleza do campo filantrópico em favor dos valores democráticos – e suas estruturas.



A sociedade civil é parte essencial do funcionamento cotidiano da democracia

Quem sustenta a democracia entre um grande debate público e outro? Quem mantém vivas as agendas que nem sempre ocupam espaço nas manchetes, mas fazem diferença na vida das pessoas todos os dias?

As respostas apontam para a sociedade civil como parte das condições que permitem a própria democracia funcionar. **Organizações sociais produzem conhecimento, defendem direitos, mobilizam comunidades, acompanham políticas públicas, formam lideranças e criam espaços de participação. Boa parte desse trabalho acontece longe dos momentos de maior visibilidade política.**

Educação, clima, cultura, direitos humanos, equidade racial, igualdade de gênero, desenvolvimento territorial e transparência seguem tendo objetivos próprios. Entretanto, todas perdem capacidade de atuação quando diminuem os espaços de participação, quando direitos deixam de ser protegidos ou quando organizações passam a enfrentar restrições para exercer seu trabalho. **A defesa da democracia, nesse contexto, é uma condição para que todas as outras agendas consigam avançar.**

Ao longo dos últimos anos, muitas organizações aprofundaram sua especialização, construíram conhecimento em temas específicos e fortaleceram sua capacidade de incidência. Apesar de esse processo trazer ganhos importantes, é preciso evitar que agendas que enfrentam desafios semelhantes passem a dialogar menos entre si, ou seja, que esse processo de especialização não signifique fragmentação.

Em um contexto em que os desafios democráticos atravessam diferentes áreas ao mesmo tempo, **trabalhar de forma isolada reduz a capacidade de resposta de todo o campo.**

A discussão sobre plataformas digitais encontra pontos de contato com direitos humanos. Educação política aparece ao lado da cultura. Transparência é uma ferramenta para diferentes causas, e não uma agenda isolada.

O **ecossistema** ganha um peso diferente, não como uma metáfora elegante, mas como uma forma de explicar o porquê de nenhuma organização conseguir enfrentar sozinha desafios dessa dimensão.

Democracias resilientes não dependem apenas de instituições sólidas. Dependem também da qualidade das relações construídas entre organizações, movimentos, centros de pesquisa, comunicadores, lideranças e tantos outros atores que produzem conhecimento, mobilização e participação social.

A filantropia aparece como um ator que conecta, mesmo sem ocupar o centro da cena. O desafio não está em identificar poucas organizações dedicadas explicitamente à democracia, mas em entender como toda a filantropia pode usar sua capacidade para aproximar agendas que ainda trabalham de forma distante umas das outras.

O **espaço cívico** ganha forma nas relações que as organizações constroem entre si, na capacidade de cooperar, compartilhar conhecimento, mobilizar pessoas e sustentar agendas coletivas ao longo do tempo. Algumas dessas conexões aparecem em grandes mobilizações. Muitas outras permanecem quase invisíveis, mas são elas que mantêm vivas redes de confiança, aprendizagem e ação coletiva. É nesse trabalho contínuo que a sociedade amplia sua capacidade de enfrentar conflitos, defender direitos e responder a desafios que nenhuma organização conseguiria enfrentar sozinha. A democracia depende das instituições formais, mas também desse tecido de relações que lhe dá sustentação no cotidiano.

A democracia construída em rede e o paradigma *Block, Bridge, Build*

Ao longo das últimas décadas, o investimento social acumulou experiência em temas como educação, saúde, cultura, direitos humanos, desenvolvimento territorial, geração de renda, meio ambiente e equidade. Como esses conhecimentos podem dialogar entre si quando os desafios enfrentados ultrapassam os limites de uma única agenda?

A democracia não deve ser entendida como responsabilidade de um grupo específico de organizações, mas ser entendida como uma dimensão que atravessa o conjunto do campo filantrópico. Construir pontes, nesse caso, não significa criar estruturas. Significa aproximar agendas que já compartilham preocupações semelhantes, mas que ainda operam de forma pouco conectada.

Construir pontes não significa criar estruturas. Significa aproximar agendas que já compartilham preocupações semelhantes, mas que ainda operam de forma pouco conectada.

Organizações da sociedade civil, institutos, fundações, centros de pesquisa, movimentos sociais e diferentes iniciativas produzem efeitos que se reforçam mutuamente quando existe circulação de conhecimento, confiança e colaboração.

A filantropia tem um grau de liberdade que pode criar espaço para assumir riscos, apoiar iniciativas em estágio inicial, aproximar organizações que dificilmente trabalhariam juntas e experimentar formas de colaboração que outros atores nem sempre conseguem desenvolver.



Quando instituições são ameaçadas ou eleições se aproximam, cresce a mobilização e aumenta a disponibilidade de recursos. Depois, esse movimento tende a

perder intensidade. **Relações de confiança, capacidades institucionais, articulação entre organizações e participação cidadã levam anos para amadurecer. Esperar que esses elementos sejam construídos apenas quando a democracia entra em tensão significa começar sempre tarde demais.**

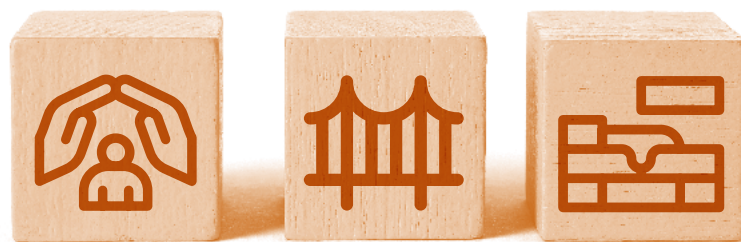
Relações de confiança, capacidades institucionais, articulação entre organizações e participação cidadã levam anos para amadurecer.

Projetos continuam sendo importantes, mas dificilmente produzem transformações duradouras quando per-

manecem isolados. A articulação entre organizações, a circulação de conhecimento e a construção de referências compartilhadas são elementos capazes de ampliar o alcance de iniciativas que já existem e, ao mesmo tempo, reduzir a fragmentação do campo. **A força do conjunto é maior do que a soma das partes. Entender-se como parte desse campo de atuação democrática compõe esse despertar para o entendimento do papel de cada organização.**

A força do conjunto é maior do que a soma das partes. Entender-se como parte desse campo de atuação democrática compõe esse despertar para o entendimento do papel de cada organização.

Nesse contexto, a atuação do campo do investimento social privado e da filantropia dialoga com um paradigma que vem orientando parte do debate da filantropia internacional sobre democracia: o **Block, Bridge, Build**. Desenvolvido a partir de experiências e reflexões de organizações filantrópicas voltadas ao fortalecimento democrático, o modelo parte da premissa de que democracias resilientes dependem da combinação de três estratégias complementares: proteger instituições e grupos sob ameaça (**Block**), reconstruir vínculos de confiança entre pessoas e organizações (**Bridge**) e desenvolver capacidades democráticas permanentes (**Build**). Trata-se de uma abordagem integrada, na qual cada dimensão reforça as demais e amplia a capacidade da filantropia de produzir mudanças duradouras.



As reflexões do encontro mostraram que **elementos de Block, Bridge, Build já estão presentes na atuação da filantropia brasileira**. Há iniciativas voltadas à proteção de instituições, ao fortalecimento de redes de colaboração e ao desenvolvimento de capacidades da sociedade civil. Em muitos casos, essas experiências avançam paralelamente, sem grandes pontos de contato. As conversas sugeriram que a articulação entre elas pode ampliar o alcance de iniciativas que já existem e fortalecer uma atuação mais consistente do campo da filantropia.

Tabela 1

Block, Bridge, Build como orientadores da atuação do campo filantrópico em prol da democracia

Estratégia	O que significa	Como avançar
Proteger (Block)	Proteger a democracia diante de ameaças.	Apoiar instituições democráticas, combater a desinformação e a violência política, proteger grupos e organizações vulneráveis em momentos de crise. Reconhecer como a operação da organização se conecta a esses desafios e atuar a partir de uma intencionalidade que robusteça a democracia.
Conectar (Bridge)	Fortalecer relações de confiança e ampliar a coordenação entre diferentes atores.	Reconstruir laços de confiança, promover o diálogo entre diferentes atores e aproximar organizações, setores e territórios como método, não apenas como atividades operacionais.
Construir (Build)	Desenvolver capacidades permanentes para uma democracia mais resiliente.	Investir em capacidades democráticas de longo prazo, fortalecendo lideranças, organizações da sociedade civil, participação cidadã, produção de conhecimento e educação para a democracia.

Fonte: GIFE 2026, elaboração própria.

Muitas organizações já produzem efeitos importantes para a vida democrática, ainda que essa intencionalidade possa não estar explicitada na comunicação institucional. Em vez de separar organizações “que trabalham com democracia” daquelas que atuam em outras agendas, é primordial entender que diferentes causas podem contribuir para ampliar participação social, fortalecer capacidades sociais e criar relações de confiança nos territórios.

É indispensável fortalecer a coordenação entre organizações. Muitas instituições, ainda hoje, atuam em agendas que contribuem para a democracia, mas o fazem de maneira dispersa, utilizando linguagens distintas e produzindo poucos aprendizados compartilhados. Tornar a democracia uma categoria mais explícita dentro do investimento social privado permitiria criar indicadores comuns, produzir evidências comparáveis, facilitar o cofinanciamento e reduzir a fragmentação do campo.

Essa coordenação também passa pela construção de narrativas. **É necessário encontrar formas de comunicar a importância da democracia a partir de seus efeitos concretos na vida das pessoas, afastando-se de polarizações políticas que destroem pontes e repelem a participação de pessoas e instituições.** Aproximar democracia de temas como acesso à informação, qualidade dos serviços públicos, participação cidadã, desenvolvimento dos territórios e redução das desigualdades pode contribuir para ampliar o diálogo e reduzir barreiras de entrada para novas organizações.

Pela flexibilidade de seus recursos, pela capacidade de assumir riscos e pelo potencial de conectar diferentes setores, **o investimento social privado pode funcionar como um articulador de iniciativas que dificilmente encontrariam espaço em outros ambientes.** Trata-se de fortalecer redes, estimular experimentações e construir alianças capazes de responder a desafios que nenhuma organização conseguirá enfrentar sozinha.

É necessário encontrar formas de comunicar a importância da democracia a partir de seus efeitos concretos na vida das pessoas, afastando-se de polarizações políticas que destroem pontes e repelem a participação de pessoas e instituições.





O COMPROMISSO DO GIFE COM A DEMOCRACIA: UMA POSIÇÃO INSTITUCIONAL

◀ A constituição do investimento social privado em seus primórdios no Brasil é, em si, fruto do regime democrático. Foi no processo de reabertura política e redemocratização consolidado pela Constituição de 1988 que floresceram as condições que tornaram possível a organização autônoma da sociedade em torno de causas de interesse público. Nesse período nasceram ou se fortaleceram iniciativas que hoje fazem parte da própria identidade do campo — a Ação da Cidadania contra a Fome, a Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, o programa

Comunidade Solidária, o Instituto Ethos e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto de intensa mobilização da sociedade civil e em vigor até hoje. O GIFE nasceu e amadureceu nesse mesmo ambiente.

Não é coincidência: é no regime democrático que ficam habilitadas as condições que tornam esse tipo de atuação possível — a liberdade de associação, a liberdade de expressão, a liberalidade para se dedicar à defesa de causas diversas, a participação social e o controle cidadão sobre as políticas públicas. Esses fundamentos raramente aparecem explicitados na rotina de quem atua no campo social, mas condicionam diretamente sua capacidade de agir. Um instituto que apoia a educação, uma fundação que financia pesquisa em saúde, uma empresa que investe em desenvolvimento territorial — todos dependem, para operar, de um ambiente que mantenha asseguradas a livre associação, a proteção à exposição pública de posições, a fiscalização do uso de recursos públicos e garanta um espaço institucional reconhecido à sociedade civil. **Não se trata de uma preferência política do campo filantrópico pela democracia; trata-se de uma condição estrutural de sua própria existência. É por isso que sua defesa não pode ser tratada como uma pauta entre outras, facultativa ou acessória: ela é a infraestrutura sobre a qual todas as demais agendas do investimento social se apoiam e vicejam.**

Todos dependem de um ambiente que mantenha asseguradas a livre associação, a proteção à exposição pública de posições, a fiscalização do uso de recursos públicos e garanta um espaço institucional reconhecido à sociedade civil.

Não se deve tomar a democracia como algo consolidado, imune a retrocessos. É preciso investimento em pesquisas, produção e compartilhamento de conhecimentos que nos ajudem a entender essas mudanças de contexto e como elas impactam a confiança na democracia, mesmo porque um ambiente político saudável é pré-requisito para o debate e o avanço em direitos. **Assim como as lideranças políticas, as organizações e as lideranças sociais também são profundamente impactadas pelo avanço antidemocrático.**

O GIFE reconhece, com essa mesma clareza, que **uma sociedade civil viva, forte, plural e representada em toda a sua diversidade nos espaços institucionais é parte inseparável de uma democracia saudável.** É papel da filantropia contribuir para que essa pluralidade exista de fato — apoiando organizações de diferentes regiões, agendas, portes e composições, precavendo que o campo se reproduza de forma concentrada ou homogênea. Uma sociedade civil plural não é apenas mais

representativa: é também mais resiliente, porque distribui entre múltiplos atores a capacidade de resposta da sociedade diante de crises e ameaças, em vez de centralizá-la em poucas organizações.

É verdade que a democracia, por ser o regime que processa a multiplicidade de posições legitimamente divergentes e busca consensos entre elas, nem sempre entrega respostas rápidas. A construção de acordos custa tempo, e a deliberação plural pode tornar mais morosa a resposta a problemas urgentes. Ainda assim, é justamente esse ambiente (e não um atalho que o dispense) que permite que a diversidade de ideias seja disputada abertamente na sociedade, que os cidadãos possam se posicionar diante delas com informação e liberdade, e que suas escolhas sejam, de fato, capazes de influenciar o rumo da vida pública.

Faz parte disso reconhecer que a plena inclusão cidadã ainda é um horizonte em construção no Brasil. Desigualdades sociais, regionais, raciais e de gênero seguem restringindo, na vivência prática, a capacidade de amplas parcelas da população

participarem da vida democrática em condições equivalentes às dos demais — seja pelo acesso mais difícil à informação e à Justiça, seja pela sub-representação nos espaços de decisão, ou simplesmente pela exclusão social. **Uma democracia mais inclusiva não é apenas mais justa: é também uma democracia mais completa, na qual o usufruto da cidadania plena deixa de ser privilégio de poucos para se tornar, de fato, um atributo de todos.**

A busca por mais justiça social, condição indispensável para uma democracia sólida, é a centralidade da atuação das instituições que compõem o campo filantrópico e de investimento social privado no Brasil, em causas e territórios diversos e plurais.

A busca por mais justiça social, condição indispensável para uma democracia sólida, é a centralidade da atuação das instituições que compõem o campo filantrópico e de investimento social privado no Brasil, em causas e territórios diversos e plurais. Em um país

com o nível de desigualdades do Brasil, tal atuação não precisa ser contraposta ao anseio por melhores condições de vida material pelas famílias e à prosperidade pelas empresas. Sociedades que são capazes de ampliar oportunidades, investem no desenvolvimento do capital humano e reduzem barreiras à inovação tendem a gerar maior estabilidade institucional e um ambiente mais previsível à livre iniciativa, ao crescimento econômico e à geração de empregos. Trabalhar para ampliar a cidadania e a inclusão é, portanto, também investir na prosperidade compartilhada do país.

Diante desse conjunto de constatações, o GIFE reafirma seu compromisso institucional com a democracia brasileira — um compromisso que não se confunde com disputa político-partidária e que se sustenta, precisamente, na defesa das regras, das instituições e dos princípios que permitem que essa disputa aconteça de forma livre, legítima e em prol do bem comum. **Defender a democracia e a agenda pró-democracia não significa, para o GIFE, tomar partido entre visões para o país — significa defender que essa disputa possa ocorrer, sempre, dentro das regras, com respeito às instituições e sem violência.** É esse compromisso que orienta a atuação da rede nessa agenda.

Por fim, o GIFE encoraja o campo do investimento social privado e da filantropia brasileira a compreender a defesa da democracia como uma perspectiva de longo prazo, e não como uma resposta emergencial a momentos de crise. As páginas anteriores mostraram que as condições que sustentam a vida democrática — confiança, participação, informação de qualidade, sociedade civil organizada, educação cidadã — se constroem lentamente, ao longo de anos; mas podem se desgastar quando deixam de receber atenção. Esperar que a democracia esteja sob ameaças explícitas para começar a investir em sua sustentação é, invariavelmente, chegar tarde. **O momento de agir é sempre o presente** — e o GIFE, como rede que representa parte relevante desse campo, assume o papel de estimular, articular e apoiar essa atuação de forma permanente, consistente e alinhada aos valores que tornaram possível, desde sua origem, a própria existência do investimento social privado organizado no Brasil.

O GIFE encoraja o campo do investimento social privado e da filantropia brasileira a compreender a defesa da democracia como uma perspectiva de longo prazo, e não como uma resposta emergencial a momentos de crise.



APÊNDICE: AÇÕES INTERNACIONAIS NA AGENDA PRÓ-DEMOCRACIA EM 2026

◀ Durante o ano de 2026, o GIFE incorporou sua agenda pró-democracia também em uma perspectiva internacional, buscando conectar-se com parceiros internacionais do setor, dividir a experiência da filantropia brasileira e dar visibilidade internacional ao contexto de ataques à democracia no país.

Em junho, o GIFE fez parte do painel “Democracia e Filantropia na América Latina e comunidades latinas”, realizado durante a Conferência Hispanics in Philanthropy, em Los Angeles. O diálogo apontou a necessidade de o investimento social privado financiar a democracia de maneira perene, superando a lógica reativa de mobilização de recursos em períodos de asfixia institucional ou em processos eleitorais acirrados. A participação rendeu a publicação do artigo [“Entre a urgência e a estrutura: aprendizados sobre Filantropia e Democracia a partir da conferência da Hispanics in Philanthropy”](#).

Já no mês de julho, o GIFE integrou uma [comitiva de organizações da sociedade civil brasileira](#), coordenada pelo Washington Brazil Office (WBO), que esteve em Washington, D.C., EUA, reunindo-se com parlamentares, senadores, diplomatas, organizações internacionais (incluindo a Organização dos Estados Americanos e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos), fundações filantrópicas e organizações da sociedade civil. O objetivo da comitiva foi informar diferentes atores da sociedade estadunidense sobre os riscos à democracia no Brasil, em especial no contexto das eleições gerais de 2026, bem como angariar apoio contra a intervenção dos Estados Unidos no processo eleitoral brasileiro, via administração Donald Trump.

Na visita, o GIFE destacou a democracia enquanto condição necessária para o desenvolvimento da filantropia no Brasil e a necessidade da garantia de um espaço cívico plural, que garanta relações entre distintos setores e promova políticas públicas que contribuam para a redução de desigualdades. [A carta em defesa da autonomia brasileira e da não intervenção dos Estados Unidos](#), assinada por 30 deputados e senadores estadunidenses, dirigida ao Secretário de Estado Marco Rubio em setembro, é um dos frutos desta articulação.

Ainda em setembro, o GIFE esteve em Nova York, participando de eventos paralelos à Assembleia Geral das Nações Unidas. Destaca-se a participação da associação no evento “Conectando estratégias filantrópicas nas Américas: da América Latina a uma agenda compartilhada para o espaço cívico e a resiliência democrática”, organizado por Hispanics in Philanthropy, Open Society Foundations e Fundación Avina. Em sua fala, o GIFE trouxe a experiência vivida pela filantropia brasileira em cenários de constrição de espaços cívicos no país e reforçou a necessidade da filantropia latino-americana deixar de tratar a democracia enquanto um tema de trabalho, mas sim enquanto uma necessidade para o desenvolvimento filantrópico, investindo em uma agenda que contribua para a ampliação dos valores democráticos no continente.

Ao incorporar a agenda de uma filantropia em defesa da democracia em sua atuação internacional, o GIFE reconhece a necessidade de buscar soluções globais ao aumento do autoritarismo e da repressão ao espaço cívico. Fundamentalmente, ao entender que as soluções para a superação desta onda podem vir a partir de soluções do Sul Global, e que a filantropia tem um papel importante no fortalecimento da sociedade civil, o GIFE reafirma a importância estratégica da agenda pró-democracia e convida a filantropia brasileira a incorporá-la de forma intencionada.



ANEXO

Defesa da democracia precisa estar no cotidiano de quem financia o bem comum

(Artigo publicado na Folha de S. Paulo em 2/10/2026)

- **Filantropia só consegue catalisar iniciativas, conectar setores e fortalecer territórios em ambiente democrático**
- **Organizações filantrópicas e lideranças sociais são profundamente impactadas pelo avanço antidemocrático**

Cassio França

Cientista político e secretário-geral do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas)

Pedro Bocca

Coordenador de Relações Internacionais e Políticas Públicas do GIFE



Pela primeira vez em mais de duas décadas, há no mundo mais governos autocráticos do que democráticos, conforme o Relatório Global de Democracia 2026 do *V-Dem Democracy Report 2026*. No Brasil, os riscos de autocratização e ataque às instituições têm sido frequentes nos últimos anos: um alerta de que a democracia não pode ser tratada como fato consolidado.

Nesse contexto, o campo da filantropia institucionalizada no país precisa se perguntar qual é o seu lugar. A resposta repousa na história: o ISP (investimento social privado) brasileiro é fruto da própria redemocratização.

A reabertura política e a Constituição de 1988 permitiram vicejar iniciativas de fortalecimento da sociedade civil e ações coordenadas para a redução de desigualdades no país.

Nossa filantropia floresceu e amadureceu nesse mesmo ambiente. Em outras palavras, a filantropia brasileira nasceu com o DNA democrático.

É no regime democrático que estão assegurados a liberdade de associação e de expressão, a liberalidade de defesa de causas, a participação social e o controle cidadão sobre as políticas públicas.

Um instituto que apoia a educação, uma fundação que financia pesquisa em saúde, uma empresa que investe em desenvolvimento territorial: todos dependem desse ambiente para operar.

Organizações filantrópicas e lideranças sociais são profundamente impactadas pelo avanço antidemocrático. Quando dados públicos deixam de existir ou o espaço da sociedade civil se estreita, não é uma causa que perde força, são todas.

A democracia não deve, então, ser apenas uma pauta isolada, facultativa ou acessória no cotidiano da filantropia — ela é a própria infraestrutura sobre a qual todas as demais agendas do investimento social se apoiam e prosperam.

Desigualdades sociais, regionais, raciais e de gênero ainda limitam a participação de amplas parcelas da população na vida democrática. Uma sociedade civil viva, forte, plural e representada em toda a sua diversidade nos espaços institucionais é parte inseparável de uma democracia saudável.

E uma sociedade civil plural é também mais resiliente. Ela distribui, entre os muitos atores, a capacidade de responder a crises. Cabe à filantropia sustentar e fortalecer essa pluralidade, apoiando organizações de diferentes regiões, agendas e portes.

Assim, a busca por mais justiça social — condição indispensável para uma democracia sólida — é a centralidade da atuação do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) junto às instituições que compõem o campo filantrópico e de ISP no Brasil, em causas e territórios diversos e plurais.

Essa é uma das mensagens centrais da publicação “Filantropia e Democracia – Reflexão-Ação”, que o GIFE lançará nos próximos dias. Tal compromisso democrático não deve se confundir com uma disputa partidária, simplesmente.

Defender a democracia é defender que a divergência de visões para o país aconteça, mas sempre dentro das regras, com respeito às instituições e sem violência.

Passa também por comunicar seus efeitos concretos, entendendo-a como a única forma possível de garantia de liberdade e acesso à informação, de melhoria na qualidade dos serviços públicos e de espaço para a formulação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades.

A filantropia, portanto, só pode exercer seu potencial de catalisar iniciativas, conectar setores e fortalecer agendas e territórios em um ambiente democrático. Isso exige visão de longo prazo. Confiança, participação, informação de qualidade e educação cidadã levam anos para serem construídas e se desgastam quando deixam de receber atenção.

Para a filantropia, ser pró-democracia é muito mais do que levantar esta bandeira de quatro em quatro anos, é considerar essa máxima como parte inegociável de um projeto de país.



Publicação original: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/papo-de-responsa/2026/10/defesa-da-democracia-precisa-estar-no-cotidiano-de-quem-financia-o-bem-comum.shtml>.



FILANTROPIA E DEMOCRACIA



Reflexão - Ação

